RESUMO EXPANDIDO

A CRIAÇÃO DA CÂMARA DE PLURIVERSIDADE, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM: DESDOBRAMENTOS E PERSPECTIVAS

Paola de Moraes Imbiriba
Conselho Municipal de Educação de Belém
Belém/PA - E-mail: < paola.imbiribaa@gmail.com >

Clara Lúcia Pinheiro de Araújo
Conselho Municipal de Educação de Belém/Uneme Pará
Belém/PA - E-mail: < clarayunes1@hotmail.com >

Eixo 2 - Políticas de inclusão, diversidade e direitos humanos

Introdução

Em 2022 o Conselho Municipal de Educação (CME) criou a Câmara de Pluriversidade, Inclusão e Direitos Humanos (CPIDH) com o intuito de promover uma educação que reconheça os direitos das pessoas por meio da discussão e proposição de políticas inclusivas, a partir das identidades particulares específicas e plurais, objetivadas em coletividades ou movimentos sociais. A CPIDH adotou como uma de suas premissas o conceito da pluriversalidade que, para Mogobe Ramose (2011), se fundamenta no reconhecimento dos sujeitos pluriversos em suas formas de pensar e se auto afirmar nos territórios de direitos:

Não é uma mera questão de cortesia. Ele é a realização filosófica da pluriversalidade do ser. Deste modo, o diálogo pertence ao mais íntimo significado da palavra filosofia. Ele é a obrigação moral e científica de reconhecer a existência de filosofias que não sejam a nossa própria. Ele é o convite para estudar outras filosofias. Esta é a quarta implicação derivada da filosofia da exclusão. (Ramos, 2011. p.13)

Proativamente, conselheiras e conselheiros do CME, em uma atitude de vanguarda, avaliaram o contexto educacional, social e político em que estão inseridas as comunidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Belém, considerando os novos marcos legais e as reivindicações e implementações de políticas públicas voltadas para as questões de luta por garantias de direitos de grupos invisibilizados ou que

historicamente lhes são negados. São matérias de caráter educacional e da gestão escolar, que devem ser tratadas emergencialmente no âmbito do CME.

O escopo deste trabalho, portanto, se baseia em um projeto de investigação sobre essa experiência, abordando a relação entre educação e direitos humanos, explorando como a educação desempenha um papel central na promoção da dignidade, igualdade e liberdade. Nossa perspectiva neste estudo, se baseia na crença de que a educação em direitos humanos é um instrumento para conscientizar as pessoas sobre seus direitos e responsabilidades, promovendo uma cultura, de respeito mútuo e inclusão, por meio de práticas educativas que favorecem a emancipação e a participação cidadã, alinhadas aos princípios universais dos direitos humanos.

Nossas investigações prévias nos permitem inferir que a criação da CPIDH, no interior do Conselho Municipal de Educação de Belém, se constituiu em uma iniciativa, cuja perspectiva se coadunou com, a premissa de que “a instrução [seja] orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais” (Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948). A medida tem sua importância ampliada na medida em que vivenciamos uma intensa

guerra cultural empreendida pela extrema-direita no último quadriênio e que segue em curso em diversos países, faz-se necessário dizer que o atual cenário político, cultural e econômico brasileiro é marcado pela forte tensão entre as forças conservadoras e a retomada de políticas que fazem parte das lutas históricas dos movimentos sociais pelo reconhecimento da diversidade e por uma sociedade e educação democráticas, tais como: direitos humanos, mulheres, povos indígenas, igualdade racial e cultura. (Moraes, 2024, p. 3).

Não é um fato óbvio para os seres humanos se verem como portadores de direitos, pois a existência da divisão em classes, permite supor que alguns possuem direitos e outros, não. Por isso, a declaração de direitos afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o reconhecimento de todos, exigindo seu consentimento social e político (Chauí, 2022).

Desenvolvimento

A pesquisa, baseada em documentos como atas, resoluções e outros materiais, tem como resultados preambulares que em 19 de outubro de 2022 se concretizou a criação da CPIDH para o fortalecimento do valor das diferenças e da diversidade com seus conteúdos étnico-racial, geracional, de pessoas com deficiência, de gênero, de

orientação sexual, religiosa, trans territoriais, comunidades periféricas, quilombolas, imigrantes e refugiados.

As competências regimentais da câmara compreendem a apreciação de processos, a deliberação e emissão de pareceres sobre assuntos relativos às temáticas da pluriversidade, da inclusão e dos direitos humanos; garantir a difusão de normas e diretrizes que orientem uma prática educacional e pedagógica que assegure o direito universal de acesso à escolarização como parte integrante desse direito, o respeito e a valorização da pluriversidade; promover estudos e pesquisas sobre políticas e diretrizes que orientem a efetivação de adaptações curriculares no contexto educacional, propondo mudança de valores, atitudes e práticas educacionais sem nenhum tipo de discriminação, assegurando educação de qualidade para todos.

É nessa perspectiva que, na sua criação, a CPIDH tem atuado. Propondo a construção de políticas educacionais inclusivas e sensíveis às demandas da sociedade e aprovando resoluções que estão em consonância com as lutas por direitos de grupos sociais historicamente marginalizados. As resoluções estão listadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Resoluções da CPIDH aprovadas pelo CME de Belém

Resolução nº 01/2023 – CME	Estabelece às instituições de educação básica no Sistema Municipal de Educação de Belém a obrigatoriedade de adoção de medidas e instrumentos, físicos ou digitais, de registro e notificação em casos nos quais há suspeita de violência contra a criança e adolescente ou testemunha de violência.
Resolução nº 02/2023 – CME	Dispõe sobre a implantação de um Protocolo de Prevenção a Ataques contra Escolas baseado nos princípios da Cultura de Paz e da Educação em Direitos Humanos.
Resolução nº 45/2023 – CME	Fixa diretrizes e normas educacionais e pedagógicas para o atendimento de estudantes com deficiência, Transtornos do Espectro do Autismo, Altas Habilidades e Superdotação no Sistema Municipal de Educação de Belém
Resolução nº 19/2024 – CME	Estabelece, junto às instituições de educação básica do Sistema Municipal de Educação de Belém, diretrizes para a implementação de processos de educação escolar e iniciativas pedagógicas que contemplem a pluriversidade social e o combate ao ódio e à LGBTQIA+fobia.
Resolução nº 20/2024 – CME	Estabelece, junto às instituições de educação básica do Sistema Municipal de Educação de Belém, diretrizes para o uso do nome alterado civilmente e/ou nome social de pessoas LGBTQIA+ nos registros e demais documentos escolares.
Resolução nº 22/2024 – CME	Estabelece, junto às instituições de educação básica do Sistema Municipal de Educação de Belém, diretrizes para implementação de uma educação para as relações étnico-raciais a partir da perspectiva antirracista
Resolução nº	Estabelece, junto às instituições de educação básica do Sistema Municipal de Educação de

31/2024 – CME	Belém, diretrizes para o atendimento de estudantes indígenas, migrantes, refugiados, apátridas e/ou solicitantes de refúgio.
Resolução nº 32/2024 – CME	Aprova o Projeto Político Pedagógico do Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes” (CRIE/DIED/SEMEC) e dá outras providências.

Fonte: CME, 2024.

Considerações finais

Com base nos estudos preliminares é possível afirmar, até o presente momento, que a CPIDH, como parte integrante do Conselho Municipal de Educação de Belém, concebe a inclusão e a defesa dos direitos humanos como um processo contínuo e permanente, empenha-se em manter o compromisso de desenvolver resoluções e iniciativas que promovam a inclusão e a equidade, colocando-se à disposição das escolas municipais e privadas da Rede Municipal de Ensino de Belém como estrutura de apoio, espaço de escuta e aprendizado coletivo, encorajando a participação ativa de toda a comunidade escolar para que se possa construir uma sociedade que respeite e valorize a dignidade humana.

Vale ressaltar que o CME de Belém foi pioneiro na criação desta Câmara, servindo de modelo para os demais Conselhos de Educação do Estado do Pará e por ocasião do XIII Encontro Estadual dos CMEs , recebeu Menção Honrosa da União dos Conselhos Municipais de Educação(UNCME) pela brilhante iniciativa.

Palavras-chave: Pluriversidade. Direitos Humanos. Políticas Educacionais.

Referências

CHAUÍ, M. **Direitos Humanos e Educação**. Bauru, v. 10, n. 2, p. 13-26, jul./dez., 2022. (19).

MORAES, Carmen Vidigal et ali. **Educação pública no atual cenário sócio-político e econômico brasileiro**. Educação e Sociedade. Campinas, v. 45, e283572, 2024

RAMOSE, Mogobe. **Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana**. Ensaios filosóficos, v. 4, p. 6-23, 2011.